

## **As contradições do desenvolvimento sustentável: aproximações preliminares**

### **The contradictions of sustainable development: preliminary approximations**

Christiane de Araújo<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Neste trabalho apresenta-se a problemática existente na transposição do modelo de desenvolvimento considerado universal, que submete culturas e povos a sua lógica produtivista utilitarista. Através de um retrospecto histórico procura-se evidenciar as várias práticas sociais que consolidaram o processo de globalização como percussor dessa universalização.

Palavras-chave: modelo civilizatório; sustentabilidade; globalização.

#### **Abstract**

This paper presents the problematic in the transposition of the development model considered universal, which submits cultures and peoples to its utilitarianist productivist logic. Through a historical retrospective, it seeks to highlight the various social practices that have consolidated the globalization process as a percussion of this universalization.

Keywords: civilization model; sustainability; globalization.

#### **Introdução**

O atual modelo de desenvolvimento, considerado universal - que foi se constituindo a partir do processo civilizatório – foi pautado numa concepção que opõe natureza a sociedade. E, conseqüentemente, a primeira sempre tem sido tomada como recurso e, ao mesmo tempo, considerada por fins utilitaristas não levando em consideração a restituição das complexas interações entre homem e o meio. O conceito de desenvolvimento que tem vigorado apresenta em seu “significado a capacidade dos países de produzir mais, estando atrelado ao campo da economia”<sup>2</sup>.

Contudo, nesses moldes, este modelo não incorpora as particularidades de cada sociedade, reprimindo várias práticas sociais em função de interesses econômicos, através da hegemonização e imposição de relações hierárquicas e excludentes, que “não incorporam as

---

<sup>1</sup> <http://lattes.cnpq.br/4351064043007456>

<sup>2</sup> RUA, 2007, 29.

dimensões do social, econômica, ecológica e espacial”<sup>3</sup>. Restituir as referidas contradições também pressupõe destacar as oposições que se estabelecem entre as distintas escalas.

### **A construção histórica da espacialização do processo de globalização do desenvolvimento**

A partir de 1492, as grandes navegações possibilitaram a descoberta e a colonização das Américas; com isso, os subsistemas humanos que viviam em isolamento, foram, então, incorporados como polos fornecedores de matérias-primas e força de trabalho para o subsistema europeu.

Inicia-se uma história universal sob a perspectiva europeia. Denominado de “sistema mundo moderno colonial”<sup>4</sup>, este novo padrão interdependente que passou a governar o mundo, organizou-se com base num sistema de relações hierárquicas de poder. A partir de então, iniciou-se a primeira fase (o início) do processo de Globalização (p.26).

Neste período, acentuou-se a dissociação do homem em relação à natureza – a sua dessacralização. E a ideia de que a dominação de certos povos se dava por razões naturais (pois estes constituiriam raças inferiores e sua cultura era considerada primitiva), possibilitando, através desse arcabouço ideológico, a dominação desses povos e de sua força de trabalho como recursos a serem explorados para a obtenção de riqueza.

O homem passa a ser visto como agente regulador do espaço absoluto (geométrico). Essa regulação se estabeleceu sob os marcos jurídicos-operacionais do monopólio colonial, garantindo exclusividade de exploração da metrópole sobre sua respectiva colônia. Então, o espaço absoluto sugere um continente sem conteúdo, onde esse deve ser considerado como meio, recurso a ser incorporado à ordem vigente. Portanto, o espaço absoluto, representado pelas colônias; não raro, reduziu-se as matérias-primas que poderiam ser saqueadas, extorquidas. Tudo isso, entretanto, envolvia toda sorte de violência, inclusive, àquela em que subjaz o desprezo pelas culturas pré-existentes, o conteúdo que nos serviria para definir um espaço “relacional”.

A reordenação territorial apresentou, assim, uma intencionalidade do poder em que uma lógica de funcionamento desprezou as condições do Outro (estabeleceu-se uma hierarquia de poder em que a opinião do Outro não importa). O espaço físico é, então, organizado segundo práticas sociais e lógicas hegemônicas de uma matriz societal que se encontra na centralidade

---

<sup>3</sup> SACHS, 1993, 24.

<sup>4</sup> PORTO-GONÇALVES, 2006, 25-26.

destas relações. Instala-se uma ideologia do poder/conhecimento em que o saber vindo do hegemônico, imposto a outros povos e visto como moderno superior e algo que, por coerção ou consentimento, cria novas territorialidades e se torna o alicerce do desenvolvimento, mas que gera violência e conflitos no modo de vida e nas geografias dos diversos povos então dominados.

Com a emergência da Modernidade, coloca-se a ciência como reflexo do real. A separação entre saber científico e sua aplicabilidade fez com que a natureza adquirisse potencialidades, através do aperfeiçoamento das técnicas que a sociedade, ao longo do tempo desenvolveu para mercantilizá-la, visando o aumento da produtividade. A força de trabalho, na lógica mercantilista,

“... desprovida dos meios para assegurar sua subsistência fora do mercado, incluíram-se por meio de uma inclusão forçada à nova ordem mercantilista e capitalista em que seres humanos são obrigados a se sujeitar ao mercado para garantir sua reprodução”. (FONTES, 1997, 5).

Nesta perspectiva, o modo de produção capitalista transformou os atributos fundamentais das pessoas e da natureza em mercadoria, centrada no valor de troca. Se tudo se torna mercadoria, o circuito mercantil reorganiza à sua imagem e semelhança todas as esferas da vida social.

Sendo assim, é correto afirmar que o Capitalismo se tornou um modo civilizatório multidimensional (político, social, econômico) que permeia todas as relações sociais, dominando e submetendo as relações sociais não capitalistas à sua lógica produtivista. Assim, o próprio homem se tornou recurso, a disposição dos interesses do capital. Uma exploração ligada à produção econômica, que visa algo abstrato e que não tem limites: o dinheiro. A autora Fontes fazendo referência à Karl Max, ressalta que “em uma análise econômica, esse teria definido como acumulação primitiva do capital essa apropriação do Capitalismo das formas sociais de produção não capitalistas”<sup>5</sup>.

Já na segunda fase do processo de Globalização, Porto-Gonçalves “ressalta-se que com o advento da Revolução Industrial, no século XVIII, a energia passou a estar armazenada em uma pequena matéria (carvão)”<sup>6</sup>. Pôde-se, assim, diminuir a extensão da área necessária para extrair essa energia. Deu-se uma revolução na capacidade de realizar trabalho, aumentando a velocidade e intensidade de transformação da matéria. À medida que as inovações tecnológicas

---

<sup>5</sup> FONTES, 1997, 11

<sup>6</sup> PORTO-GONÇALVES, 2006, 30

se intensificam cada vez mais se torna possível haver a “compressão espaço-tempo”<sup>7</sup> ou a fase da Globalização em que “[...] tudo passa a ser removido e movido por todo o mundo, submetido pela lógica de produção de mercadorias [...]”, “[...] em uma noção de tempo uniforme e abstrata [...]”<sup>8</sup>. A corrida imperialista gera uma “[...] pilhagem de recursos naturais de continentes e países, tais como a Índia, a África, a América Latina e o Caribe” (p. 32).

A terceira fase do processo de globalização teve seu início, segundo “a partir de 1930”<sup>9</sup>. Um de seus fatores principais foi a crise social que se desencadeou com a crise do liberalismo, nos Estados Unidos, e a 2ª Guerra Mundial. Buscando a recuperação da economia, generalizou-se o Taylorismo, baseado na divisão técnica objetivando o aumento da produtividade. Um processo de fragmentação que retirou do operário o controle do que ele produzia, se tornando especializado, forçado a seguir o ritmo da máquina, se tornando uma extensão dessa.

Henry Ford adaptou o Taylorismo às linhas de montagem para a produção em série visando o consumo em massa e, conseqüentemente, o aumento da produtividade. Ford acreditava que quem participava do processo de produção também tinha direito a uma parcela dos ganhos. Sendo assim, consolida-se um novo modelo de partilha da riqueza entre o capital e o trabalho: o fordismo, com a visão de um capitalismo “mais social”. Ou seja, a produção em massa possibilitava os preços baixos dos produtos – a oferta regia o mercado – e assim os operários podiam comprá-los. Esta visão do capitalismo social, “humanitário” – o **Welfare State** – teve suas origens na teoria Keynesiana<sup>10</sup> do **New Deal** em que o Estado deveria intervir na economia, pois o liberalismo (assim como o fez na crise de 1929 – superprodução sem demanda) só agravaria a questão distributiva no capitalismo.

A visão do Estado regulador econômico e social da espacialização da produção denominada Social Democrata, dando garantias ao trabalhador para um mínimo de estabilidade (salário mínimo, previdência social, etc.), não visava à melhoria desse, mas a sua reprodução no mercado como consumidor. Configuram-se, assim, estratégias do capital de “ceder benefícios” para garantir a apropriação da mais-valia: era preciso sair de um mercado restrito – somente consumia quem tinha poder aquisitivo – e estendê-lo para toda a população, aumentando os lucros.

---

<sup>7</sup> HARVEY, 1997, 17

<sup>8</sup> PORTO-GONÇALVES, 2006,31-32

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_, 2006, 33

<sup>10</sup> Teoria postulada por John Keynes, economista e empresário que, em seu livro de maior relevância “*Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*” (1936), expôs o caráter intimamente instável do sistema capitalista. Criticando a ideia do mercado como equilíbrio entre o bem social global e os agentes e econômicos. Para o autor o Estado deveria intervir para garantir este equilíbrio.

Tem-se, então, que o fordismo se consolida como, ganhando dimensões que o “arrancaram” da dimensão técnica, incorporando dimensões políticas, sociais e econômicas; consolidando a perspectiva de trabalhadores como consumidores. Sendo mais uma vertente da tríade Social-democrata/Fordismo/**Welfare State**.

Contudo, à medida que a margem de lucro nos países centrais diminuía devido à estagnação do mercado consumidor, se tornava necessário internacionalizar a produção para manter o estado de bem social nos países centrais. Era preciso procurar mão de obra barata e um novo mercado consumidor. Estavam, assim, dadas as condições para a expansão do modelo de desenvolvimento centrado nos EUA, incorporando-se países da periferia capitalista.

Notadamente, nos países periféricos a nova forma de acumulação se deu de forma diferente. De um lado, o taylorismo primitivo com alta exploração do trabalho e exportação dos produtos para o centro; e de outro o fordismo periférico que intensificou a produção sem os benefícios do **Welfare State**, apoiando-se em certa Divisão Internacional do Trabalho, que aprofundou ainda mais a lógica de um desenvolvimento desigual, portanto, específico desse momento da acumulação ampliada.

Durante o auge do fordismo, nos países centrais, a lógica política local, através do papel regulador do Estado, era mais relevante sobre os interesses econômicos. Porém, no início da década de 1970, o capitalismo baseado no fordismo entra em crise e, a lógica econômica passa a prevalecer sob a lógica política, pois, era preciso manter (e até mesmo, ampliar) a obtenção da mais-valia.

Nesta fase de pós-fordismo caracteriza-se uma globalização de base neoliberal (sem o Estado como regulador). Nesta fase, para superar a crise do fordismo era preciso aumentar as taxas de produtividade. Os EUA, sentindo-se ameaçado em perder sua posição de destaque no sistema-mundo para o Japão (que crescia com o modelo do toyotismo<sup>11</sup>), percussor da utilização do trabalho social combinado, realizam uma “releitura do modelo malthusiano”<sup>12</sup>.

Vale lembrar que a teoria de Malthus se baseava nos pressupostos de que “o crescimento da população é limitado pelo crescimento dos meios de subsistência, mas, apesar disso, ele é dotado de maior dinamismo do que o crescimento de tais meios”<sup>13</sup>. Ou seja, sendo a população

---

<sup>11</sup> Modelo de produção que surgiu no Japão. Sua maior característica é a premissa da flexibilização da produção em oposição à premissa do fordismo: máxima acumulação dos estoques. No toyotismo os estoques deveriam ser estabelecidos conforme a demanda: se uma mercadoria é muito procurada, a produção aumenta, se não, a produção decai. Este modelo foi uma alternativa encontrada pela economia japonesa ao espaço geográfico reduzido para produção; ao mercado consumidor menor do que o das grandes potências americanas e europeias e as transformações históricas resultados da Segunda Guerra.

<sup>12</sup> ANTUNES, 2000,197

<sup>13</sup> SZMRECSÁNYI, 1980, 266

maior do que a capacidade de produção de alimentos, a miséria nada teria a ver com as reformas sociais, mas somente com a pressão demográfica sobre a produção de alimentos.

A nova releitura, denominada Teoria Neomalthusiana, afirma que o crescimento da população está ligado ao crescimento da renda, sendo o povo responsável pela própria pobreza. Ou seja, a ideia de que o crescimento da população teria um impacto exorbitante sobre os recursos naturais do planeta (colocando em risco a vida do homem na Terra) o que desencadearia o aumento no quadro de pobreza e, conseqüentemente, colocaria em risco o crescimento econômico. Uma análise simplista que colocou a responsabilidade dos problemas ambientais sobre o crescimento da população e não no modelo de desenvolvimento produtivista. O grande desafio ambiental se daria (conforme a Teoria do Neomalthusianismo) no âmbito de políticas públicas para controlar (e/ou diminuir) o crescimento populacional. Entende-se, a partir de então, evidencia-se que o neomalthusianismo visa mais as restrições físicas e “esconde” as sociais.

A clássica ideia de países desenvolvidos e países subdesenvolvidos caracteriza uma divisão pelo grau de desenvolvimento (meta) que alcançaram. O desenvolvimento “é rigorosamente, a dominação da natureza”<sup>14</sup>. Sendo, então, os desenvolvidos aqueles que alcançaram alto grau de industrialização, de urbanidades; e os subdesenvolvidos, aqueles que ainda têm sua economia baseada na exportação de matérias-primas.

Tem-se, assim, que para os países subdesenvolvidos alcançarem a meta de desenvolvimento são aliciados a seguir o atual modelo hegemônico – produtivista e utilitarista – mantendo o padrão de vida dos países desenvolvidos em detrimento de seus próprios países, visando o crescimento econômico. O desenvolvimento social e a questão ambiental são deixados em segundo plano (quando não ignorados).

Em suma, continua-se a fragmentar o homem a natureza para criminalizá-lo e criminalizar a pobreza: para que haja desenvolvimento as pessoas devem continuar consumindo. Pois, esse seria o indicativo de crescimento econômico, de desenvolvimento. Nesta linha de pensamento, podemos citar, por exemplo, o consenso de Washington-EUA (1989), que reuniu funcionários do governo norte-americano; dos organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e diversos economistas latino-americanos. O encontro objetivou proceder a uma avaliação das reformas econômicas que vinham sendo implementadas nos países da América Latina e a ratificação da adoção da proposta neoliberal estadunidense como condição a cooperação financeira, externa.

---

<sup>14</sup> PORTO-GONÇALVES, 2006,61

### **A contradição do desenvolvimento sustentável**

Com a emergência da questão ambiental, surgiu uma visão de desenvolvimento a ser alcançada: o desenvolvimento sustentável. Contudo, como seria possível o desenvolvimento ser sustentável, se esse está pautado no desenvolvimento econômico que através da intensificação do uso das técnicas cada vez mais tem dominado sobre a natureza e explorado grupos sociais? Entende-se, então, que a própria lógica desse desenvolvimento vigente é insustentável.

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável surge como uma ideologia que busca outro olhar sobre o espaço: a busca pela manutenção do “aumento da produção e do consumo mundial, sem deixar que os países em desenvolvimento se transformem em ávidos predadores da natureza”<sup>15</sup>. E a possibilidade de se manter o crescimento econômico hegemônico vigente. Não se pretende alterar a estrutura do modelo de desenvolvimento, mas encontrar alternativas para minimizar a problemática ambiental visando manter a elevação da apropriação da reprodução da mais-valia.

Torna-se “impossível acabar com a pobreza e a degradação ambiental através do crescimento econômico mundial, pois o crescimento (o ato de ficar maior) é diferente de desenvolver (o ato de ficar diferente)”<sup>16</sup>. Sendo o primeiro passível de englobar, de se apropriar para se tornar maior; e o segundo passível de se transformar, sem a necessidade de aumentar para que isso ocorra. Ou seja, o verdadeiro desenvolvimento sustentável seria aquele sem crescimento quantitativo, mas qualitativo.

Indo mais além, neste modelo de desenvolvimento sustentável que visa o crescimento, cada vez mais os benefícios do crescimento econômico continuam nas mãos de poucos, enquanto que os malefícios são socializados. O desenvolvimento sustentável consolida-se, neste ponto, como a criminalização do crescimento da população pela possível escassez (futura) de recursos naturais – teoria do neomalthusianismo – e não do modelo hegemônico de desenvolvimento que eclodiu na Revolução Industrial e tem imperado até os dias de hoje.

O desenvolvimento sustentável surge como “uma forma impositiva e neoliberal de tratar o desenvolvimento”<sup>17</sup>. Uma nova forma de Colonialismo e de Imperialismo em que ocorre uma sacralização da natureza para que esta seja uma reserva de valor, em prol dos interesses

---

<sup>15</sup> RUA, 2007, 29

<sup>16</sup> DALY, 2004, 195

<sup>17</sup> OLIVERIA, 2008, 144

econômicos de poucos. Desconsiderando as particularidades, as necessidades e cada território se impõe uma sustentabilidade ambiental universal. Ou seja, evidencia-se uma dupla negligência: da alternativa de se alcançar outro modelo diferente do que é imposto e da integração de outras dimensões do cotidiano ao pensamento da sustentabilidade (social, cultural, político).

### **Perspectivas**

Com as grandes decisões sobre a problemática ambiental, atreladas as mãos de grupos privilegiados que possuem interesses econômicos específicos, parece que a dimensão econômica continuará com maior relevância que outras dimensões do cotidiano – política, social, cultural. Neste sentido, se o desenvolvimento sustentável for entendido como crescimento sustentável, o verdadeiro paradigma da questão ambiental não será apontado: o próprio modelo de desenvolvimento produtivista capitalista. Contudo, esta lógica que ressalta o econômico, embora tenha trazido benefícios para algumas nações ao longo de sua construção histórica, para outras não se refletiu da mesma forma: em benefício de algumas, houve o ônus de outras. Por exemplo, algo muito vigente nos dias de hoje, é a instalação de multinacionais em países subdesenvolvidos em busca de matéria-prima e mão de obra barata ou a dependência financeira que países pobres tem em relação a países ricos, ocasionada pela colonização, mas também pelo Imperialismo, ao longo da história.

Deve-se haver uma visão integrada com a participação de todas as nações, de todos os grupos sociais no âmbito do local, nacional, regional e global. Outra consciência que ultrapasse as visões imediatistas e alcance a busca pela política constitucional com soluções estruturais e duradouras em busca de um “verdadeiro modelo de desenvolvimento sustentável: o nulo”<sup>18</sup>.

As técnicas talvez sejam irreversíveis porque já estão inseridas ao cotidiano, ao território. Mas, podem obter outro uso e significação, “[...] podendo a mesma materialidade que torna o mundo tão desigual vir a ser uma condição na construção de um mundo mais humano”<sup>19</sup>. Corroborar para essa afirmação a ideia de que há uma “dependência ocasionada pelo sistema de produção capitalista numa rede articulada de formações sociais interdependentes caracterizadas por relações de poder assimétricas”<sup>20</sup>. Assim, a grande mudança deve ocorrer na lógica estrutural dessas redes. Na possibilidade de se pensar outras formas de articulação

---

<sup>18</sup> DALY, 2004, 198

<sup>19</sup> SANTOS, 2010, 174

<sup>20</sup> CASTELLS, 1992, 10



interdependentes que tenham o uso da técnica em prol da consolidação de outro modelo de desenvolvimento que ultrapasse o imediatismo e economicismo financeiro.

### Referências

ANTUNES, Ricardo. “Os novos proletariados do mundo na virada do século”. In: Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4ª edição. São Paulo: Ed. Boitempo, 2001. 258p., p. 195-207.

CASTELLS. Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

DALY, Herman. E. “Crescimento Sustentável? Não, obrigado”. Ambiente Sociedade. ANPPAS, UNICAMP. Campinas. Vol. VII, nº 2, jul/dez. 2004, 5p. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24695.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24695.pdf). Acesso em: 19 de abril de 2017.

FONTES, Virgínia. “Capitalismo, exclusões e inclusão forçada”. Revista tempo. Departamento de História. UFF. Vol. 2, nº 3, junho. Relume-Damará: Rio de Janeiro, 1997. 21 p.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITET, 1980.

\_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 12ª ed., São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

OLIVEIRA, Leandro Dias. “A geopolítica do desenvolvimento sustentável em questão: reflexões sobre a conferência do Rio de Janeiro (ECO-92)”. In SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1º, 2008, Rio Claro. VIII Seminário de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, Campus Bela Vista: Unesp, 2008. P. 137-147.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da natureza e a natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RUA, João. “Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia”. In: RUA, J. (org.) Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007, 330, p. 07-32.

\_\_\_\_\_. “Desenvolvimento, Espaço e Sustentabilidades”. In: RUA, J. (org.) Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007, 330, p. 143-194.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SZMRECSÁNYI, Tamás. “Retrospecto histórico de um debate”. In: LEVY, M. S. F., SZMRECSÁNYI, T. Dinâmica da População, teoria, métodos e técnicas de análise, São Paulo: Editor T. A. Queiroz, 1980, 362, p.263-274.